



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Registro de Preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada no fornecimento de armamentos e munições, para atender as necessidades da Guarda Municipal do Município de Parauapebas/PA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os quantitativos e o valor estimado do objeto desta licitação constam da pesquisa de preços realizada junto à Plataforma Banco de Preços e a outras contratações públicas, em conformidade com o Dec. 464/2024 e com a Lei nº 14.133/2021. Registra-se que o preço estimado definido no Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi integralmente mantido neste Termo de Referência, em observância às diretrizes de planejamento da contratação.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos da Lei nº 14.133 de 01/04/2021 e no art. 2º do Decreto Municipal nº. 464 de 18/03/2024.

1.4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A contratação será realizada por meio de Licitação na modalidade Pregão – Ata para Registro de Preço, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por ITEM, nos termos do artigo 6º, inciso XLI, 17, § 2 e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Dec. Municipal nº 217/2024, do Dec. Municipal 371/24, Lei Complementar federal 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 009/2016.

1.5 MODELO DE LICITAÇÃO: Solicita-se a licitação por Pregão Eletrônico amparada por ata Registro de Preços, tipo Menor Preço Por Item, a qual permite a Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão realizar as contratações em consonância com as demandas surgidas, salvaguardando-se de qualquer excesso, quando desnecessário, além de se conseguir melhores condições de preço através do procedimento licitatório realizado com a maior demanda na contratação dos itens, sem ainda a necessidade de previa manifestação orçamentaria.

ITE M	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V.UNIT	TOTAL
----------	-----------	-----	-----	--------	-------

Horário de atendimento ao público: Das 8h às 14h

Endereço: Rua Karajás, Qd: 70, Lt: 1 a 8 - Bairro Residencial Parque dos Carajás II.

Telefone: (94) 3346-2182

E-mail: semsi@parauapebas.pa.gov.br



1	<b>CARABINA TÁTICA</b> <b>Calibre: 9mm</b> Capacidade: 32 tiros <b>SELETOR DE TIRO</b> (AMBIDESTRO) SAFE: Segurança SEMI: Tiro a tiro AUTO: Automático <b>OUTROS MIRAS</b> Miras rebatíveis e removíveis flip-up Retém do ferrolho ambidestro Retém do carregador ambidestro Seletor de tiro ambidestro Guarda-mão padrão M- LOK para acoplamento de acessórios Material superior e inferior: Alumínio 7075 anodizado duro Tipo de carre-gador: Polímero Acoplamento padrão para trilhos "Picatinny" (MIL STD 1913) Alavanca de manejo ambidestra.	UND	12	R\$ 14.757,97	R\$ 177.095,64
2	<b>ESPINGARDA Cal. 12</b> <b>Calibre: 12; Câmara: 3;</b> <b>Comprimento Cano: 16</b> pol; <b>Sistema de</b> <b>Funcionamento:</b> Repetição; <b>Capacidade: 6</b> (5 no depósito + 1 na câmara) Com cartucho câmara 76,2mm (3"): 5 (4 no depósito + 1 na câmara); <b>Choke:</b> Cilíndrico; <b>Sistema de Pontaria:</b> Massa de mira em aço protegida por abas. Alça de mira tipo "Ghost Ting" com regulagem horizontal e vertical; <b>Segurança:</b> Trava de segurança manual do gatilho tipo botão. Acompanha dispositivo de segurança para prevenir sua utilização por pessoas não autorizadas ou crianças.	UND	8	R\$ 11.852,44	R\$ 94.819,52



3	Projétil encamisado total ogival 9mm luger (9x19mm); Peso 124g; Velocidade 338m/s; Provete 10,2cm; Expansiva; Ponta plana; Canto vivo e frangível; Redução na possibilidade de ricochete.	UND	48.000	R\$ 8,80	R\$ 422.400,00
4	CART 12/70 CH-3T TREINA CAIXETA "A" Calibre: 12; Tipo do Chumbo / Projétil: 3T; Câmara (mm): 70; Câmara (polegadas): 2,700; Carga de Chumbo / Peso do Projétil (g): 24.	UND	4.000	R\$ 7,93	R\$ 31.720,00
5	CART 12/70 BALOTE KNOCK DOWN "A" Calibre: 12 Câmara (mm): 70,0 Câmara (polegadas): 2 3/4 Tipo do Chumbo / Projétil: KNOCK DOWN - balote Carga de Chumbo / Peso do Projétil (g): 32,0 Diâmetro Projétil Singular (mm): 19.	UND	1.000	R\$ 17,83	R\$ 17.830,00
6	CART 12/70 ANTI-MOTIM BAGOS PLAST "A"; Série: Anti distúrbio; Calibre: 12; Câmara (mm): 70,0; Câmara (polegadas): 2,7; Tipo do Chumbo / Projétil: Plástico Carga de Chumbo / Peso do Projétil (g): 6.	UND	1.000	R\$ 9,43	R\$ 9.430,00
7	CART 12/70 ANTIDISTURBIO 20 BGS BOR MD A	UND	1.000	R\$ 23,35	R\$ 23.350,00
8	CART 12/70 ANTIDISTURBIO 3 BGS BORR LD A	UND	1.000	R\$ 38,01	R\$ 38.010,00
<b>VALOR GLOBAL</b>					<b>R\$ 814.655,16</b>

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Horário de atendimento ao público: Das 8h às 14h

Endereço: Rua Karajás, Qd: 70, Lt: 1 a 8 - Bairro Residencial Parque dos Carajás II.

Telefone: (94) 3346-2182

E-mail: [semsi@parauapebas.pa.gov.br](mailto:semsi@parauapebas.pa.gov.br)



A presente demanda justifica-se na necessidade da contratação de empresa especializada em fornecimento de Armamentos e Munições, para atender as necessidades da Guarda Municipal no Município de Parauapebas/PA, destacando a importância desse material tanto para o curso de tiro obrigatório quanto para as atividades diárias dos agentes, em conformidade com os princípios da eficiência, segurança pública e proteção da coletividade.

## **2.1. Base Legal e Normativa:**

A Constituição Federal, em seu artigo 144, estabelece que a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Nesse sentido, as Guardas Municipais, conforme previsto no § 8º do mesmo artigo, possuem a atribuição de proteger bens, serviços e instalações do município, além de atuarem na segurança preventiva.

A Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) disciplina o funcionamento das guardas municipais e prevê, em seu artigo 2º, que essas instituições têm a função de colaborar com a segurança pública, podendo exercer atividades de patrulhamento preventivo e comunitário, incluindo o uso de armamento letal conforme regulamentação específica.

Além disso, a Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas, determina que a Administração deve planejar suas aquisições com base em necessidades concretas e justificadas, assegurando economicidade e eficiência.

## **2.2. Necessidade da Aquisição:**

A Guarda Municipal de Parauapebas desempenha um papel essencial na segurança pública municipal, atuando na proteção do patrimônio público e no apoio às forças de segurança estaduais e federais. Para o cumprimento de suas atribuições, é indispensável que os agentes estejam devidamente treinados e equipados com insumos adequados, incluindo munições e armamento institucional.

A aquisição se justifica pelos seguintes motivos:

- **Capacitação e Treinamento dos Agentes**
  - Conforme as diretrizes da Polícia Federal e do Exército Brasileiro, os agentes da Guarda Municipal devem passar por cursos regulares de capacitação em tiro, visando garantir o uso responsável e técnico do armamento.
  - A prática recorrente em estande de tiro é imprescindível para que os profissionais mantenham o condicionamento e o reflexo adequado para situações de risco.



- **Uso Operacional no Serviço Diário**

- Os calibres 9mm e 12mm são atualmente os adotados pelas forças de segurança em razão de sua confiabilidade, eficiência balística e capacidade de resposta em situações críticas.
- O armamento municiado é indispensável para ações de patrulhamento preventivo, atendimento a ocorrências e apoio em operações conjuntas com outras forças de segurança.

- **Reposição do Estoque Estratégico**

- A manutenção de um estoque de munições é essencial para assegurar o pronto emprego da Guarda Municipal em qualquer situação de emergência.
- A gestão de insumos de segurança deve seguir um planejamento estratégico para evitar desabastecimento e garantir a continuidade das atividades operacionais.
- O armamento adequado para essas munições é imprescindível para o sucesso nas operações.

### **2.3. Compatibilidade com as Diretrizes de Controle de Gastos**

A aquisição das munições será conduzida com observância aos princípios da economicidade, da vantajosidade e da eficiência administrativa.

Diante dos fundamentos expostos, a aquisição dos itens é indispensável para garantir a qualificação dos agentes da Guarda Municipal de Parauapebas/PA e sua atuação eficaz na preservação da ordem pública. A medida atende aos dispositivos legais e normativos aplicáveis, promovendo maior segurança para a população e os servidores envolvidos nas operações.

Dessa forma, considerando a essencialidade desse recurso para a segurança do município.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

**3.1.** A presente aquisição visa melhorar as condições de trabalho, possibilitando tranquilidade e segurança aos servidores no desempenho de suas funções como já citado anteriormente a presente aquisição está diretamente relacionada com os objetivos estratégicos de garantir infraestrutura adequada e melhores condições de trabalho o que implica, necessariamente, na busca da excelência no atendimento e na preservação da segurança do público. Portanto, faz-se necessária a aquisição dos itens para utilização dos servidores nas atividades de Segurança.



#### **4. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

**4.1.** No caso em tela, o parcelamento do objeto em itens não se mostra tecnicamente viável, já que não faz sentido a execução de diferentes processos licitatórios para contratar tais equipamentos por não existir outro que atenda às especificações das armas e munições que se pretende adquirir, por risco de não haver compatibilidade na solução, bem como poder representar perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

#### **5. DA MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**5.1.** A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades operacionais da unidade requisitante, por meio da aquisição de armamento e munições que possibilitem a atuação segura e eficaz das equipes de segurança em ações preventivas e repressivas.

**5.2.** Os bens a serem adquiridos deverão ser novos, sem uso anterior, e estar em conformidade com os requisitos legais e normativos aplicáveis, especialmente as normas do Exército Brasileiro relativas ao controle e comercialização de produtos controlados. O fornecedor deverá possuir o devido registro junto ao Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SIGMA), bem como atender às exigências estabelecidas pelo Comando Logístico (COLOG).

**5.3.** A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante a emissão de Instrumentos de Contratação Derivada (Ordens de Fornecimento, Autorização de Fornecimento ou instrumentos equivalentes), com fundamento no art. 82 e no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**5.4.** A formalização da contratação com a empresa detentora da Ata dar-se-á a cada necessidade específica, observados os quantitativos máximos previstos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na respectiva Ata de Registro de Preços, em conformidade com o art. 82, §1º da Lei nº 14.133/2021.

**5.5.** O prazo para execução de cada fornecimento terá início a partir da data de ciência da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, emitido pelo órgão gerenciador, observando-se o prazo máximo de entrega a ser definido pela Administração, contado em dias corridos, nos termos do art. 111 da referida Lei.

**5.6.** A execução do objeto abrangerá o fornecimento, transporte, entrega e conferência dos materiais em local designado pela Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão – SEMSI, no Município de Parauapebas/PA, observadas as normas de segurança e controle previstas na legislação específica que regulamenta produtos controlados.



**5.7.** Os fornecimentos serão realizados mediante prévia programação e solicitação formal da Administração, considerando os quantitativos e especificações técnicas constantes da Ata de Registro de Preços e deste Termo de Referência, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos itens registrados, em consonância com o princípio da economicidade e o art. 86, §4º da Lei nº 14.133/2021.

**5.8.** A Administração realizará a fiscalização técnica, administrativa e legal de cada fornecimento, por intermédio de agentes públicos formalmente designados, com base no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, lavrando-se os respectivos termos de recebimento provisório e definitivo, conforme o caso.

**5.9.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.10.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**5.11.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**5.12.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**5.13.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de



fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.14.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 16 1, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.15.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**5.16.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **6. DA FORMALIZAÇÃO, VALIDADE E ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO:**

**6.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**6.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**6.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e,

**6.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**6.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**6.3.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**6.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**6.5.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita



pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**6.6.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**6.7.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

## **7. DOS REQUISITOS DA CONTRAÇÃO:**

**7.1.** A contratação observará critérios mínimos de desempenho, segurança, confiabilidade e durabilidade compatíveis com o uso institucional, exigindo-se garantia dos produtos e laudos técnicos de conformidade, conforme estabelecido na legislação vigente.

### **7.2. Subcontratação:**

**7.2.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Fica vedada a subcontratação. A vedação fundamenta-se no art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza o edital/TR a vedar, restringir ou condicionar a subcontratação, e atende ao interesse público de mitigar riscos de desvio, falsificação, perda de rastreabilidade, quebra de cadeia logística e de garantias do fabricante, típicos de bens controlados e de alto risco. Além disso, tratando-se de aquisição de bens (fornecimento), não há razão técnica para exigir subcontratação; ao contrário, a boa prática é a execução direta pelo fornecedor habilitado, preservando a integridade do objeto e a responsabilização una do contratado.

### **7.3. Garantia da contratação:**

**7.3.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **7.4. Documentos de habilitação que deverão ser apresentados, são os seguintes:**

#### **7.4.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

**7.4.1.1.** No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente



registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.

- 7.4.1.2.** Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.
- 7.4.1.3.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.
- 7.4.1.4.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 7.4.1.5.** No caso de pessoa física, se elas forem autorizadas a participar do certame, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 7.4.1.6.** No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 7.4.1.7.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 7.4.1.8.** Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.4.1.9.** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.



- 7.4.1.10. Ata ou documento equivalente de compromisso de constituição do Consórcio.
- 7.4.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da última consolidação respectiva.
- 7.4.1.12. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1.13. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**7.4.2. Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

- 7.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 7.4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 7.4.2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.4.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei - <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>.
- 7.4.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 12 de abril de 2011).
- 7.4.2.6. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.
- 7.4.2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**7.4.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**



- 7.4.3.1.** A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
- 7.4.3.2.** I - Certidão negativa de falência, concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), juntamente com a certidão indicativa dos cartórios de protestos e letras, distribuidores de títulos, falências e concordatas existentes na sede da licitante, expedidas pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da abertura do certame, se outro prazo não constar no(s) documento(s).
- 7.4.3.3.** II - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados por cópia do seu termo de abertura, documento comprobatório de registro na Junta Comercial e termo de encerramento, acompanhados do livro diário, bem como as notas explicativas em conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009, e o art. 176 da Lei 6.404/1976, assim como no §4º do Art. 176 da Lei nº 6.404/76.
- 7.4.3.4.** Empresas regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):
- Publicados em Diário Oficial; ou
  - Publicados em jornal de grande circulação; ou
  - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- 7.4.3.5.** Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:
- Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante.
- 7.4.3.6.** Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:



- Apresentar o Balanço Patrimonial na forma da lei.
- 7.4.3.7.** Caso o licitante seja cooperativo, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 7.4.3.8.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis por fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes. Os documentos referentes ao Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 7.4.3.9.** O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por contador legalmente habilitado.
- 7.4.3.10.** Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto 6.022/2007, regulamentado através da IN 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na seguinte forma:
- a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do Decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências.
  - b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.
  - c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.
- 7.4.3.11.** A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços



Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

- 7.4.3.12.** Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.
- 7.4.3.13.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 7.4.3.14.** É vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

**7.4.4. Da qualificação técnica:**

- 7.4.4.1.** É necessária a apresentação de documentos que comprovem a habilitação técnica do licitante para executar o objeto contratual, no intuito de garantir contratações de empresas aptas e com capacidade técnico-operacional suficientes para atender de forma satisfatória o objeto desta licitação.



**7.4.4.2.** Atestado de Capacidade técnico-operacional cuja comprovação se fará através de Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão da pessoa jurídica para o desempenho de atividade(s) de no mínimo 50% (cinquenta por cento) em característica (s) com o objeto da licitação, referente (s) à execução de serviços análogos àqueles da presente licitação.

- Os atestados de capacidade técnica deverão conter expressamente os dados do contratante, dados da contratada, data, quantidades, especificações mínimas para identificação do produto fornecido e ainda serem apresentados em papel timbrado da empresa/órgão declarante;
- Em se tratando de empresa Brasileira, comprovação de autorização de fabricação e comercialização;

**7.4.4.3.** Não será aceita a comprovação de aptidão de que trata os itens acima, através de documento emitido pela própria licitante ou por empresa do mesmo grupo;

**7.4.4.4.** É necessário o Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR) junto ao Exército Brasileiro na categoria Comércio de Produtos Controlados, conforme Portaria 118 – COLOG, de 14 de outubro de 2019;

## **8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **8.1. O contratante deverá:**

- a) Cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições contratuais;
- b) Assumir a responsabilidade integral pelo fornecimento do material, incluindo o transporte e a entrega nos locais indicados pelo Município;
- c) Garantir o perfeito funcionamento, de forma ininterrupta, do serviço de fornecimento enquanto perdurar a vigência do contrato;
- d) Fornecer produtos novos e de qualidade, conforme descrito na especificação de cada item e que atendam às exigências da Prefeitura Municipal;
- e) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo representante da Secretaria solicitante cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
- f) Assumir a responsabilidade de tráfego (multas e taxas) decorrentes do transporte do material;
- g) Prestar garantia para todos os itens que apresentarem defeitos dentro de seu prazo de validade, e substituí-los se necessário;



- h) Entregar os produtos nas especificações e demais características em conformidade com o ofertado na proposta da licitante e edital, aceito pelo Município;
- i) A empresa deverá promover a substituição dos materiais recusados que divergirem da especificação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia seguinte à comunicação do fato, sem qualquer ônus para o Município.
- j) A empresa deverá entregar os produtos limpos, isentos de materiais estranhos em suas partes internas ou externas.
- k) A empresa deve entregar o objeto sem rebarbas, trincas, rachaduras, amassamentos, sinais de corrosão ou deficiência, montagem, acabamento e marcação, sem arranhões, bolhas, escorrimientos, e/ou falhas em quaisquer componentes.
- l) A empresa não poderá definir valor ou quantidade mínima para entrega, visto que as questões relativas aos custos devem ser contabilizadas pelas empresas em suas propostas.

## **9. DAS GARANTIAS DO PRODUTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**9.1.** O prazo de garantia deverá ser de, no mínimo, 05 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, contra defeitos na matéria prima e/ou de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por mau uso ou manejo inadequado.

**9.2.** A CONTRATADA deverá efetuar, sem ônus para a PMP, reparos e/ou substituições de peças necessárias ao pleno funcionamento, incluindo-se a mão de obra necessária.

**9.3.** Durante o período de garantia, caso a assistência técnica, em razão da complexidade dos defeitos apresentados no armamento, não seja capaz de sanar os problemas, responsabilizar-se-á a CONTRATADA pelo envio do armamento à fábrica, para adoção das providências necessárias e, se necessário for, fará a substituição do armamento por outro, novo, da mesma espécie e calibre.

**9.4.** A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da notificação, para que efetue o conserto do armamento, contados da apresentação do equipamento na assistência técnica:

- a) O prazo para atendimento do chamado técnico é de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar da hora de abertura do respectivo chamado.
- b) Os serviços, materiais e transporte necessários à correção de defeitos apresentados no objeto, durante o prazo de garantia, correrão por conta da CONTRATADA.



- c) A CONTRATADA colocará à disposição da Administração técnicos e laboratórios para prestar quaisquer análises quanto ao desempenho do produto/ou diagnósticos para peças defeituosas e/ou danificadas, recomendando-se ou não sua reparação.
- d) Durante o período de garantia, a CONTRATADA, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a substituir, sem ônus para a PMP, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar da notificação.
- e) O bem a ser entregue, no caso, o objeto do contrato, deverá ser fabricado de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente.

## **10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**10.1.** O contrato será fiscalizado pelo fiscal e gestor devidamente nomeados e indicados, a qual o serviço se insere, com atribuição de exercer a coordenação técnica, administrativa e a fiscalização. A Contratada deverá prestar toda colaboração e fornecer todos os dados e informações necessárias e solicitadas pela Fiscalização para o desenvolvimento de suas atividades.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**11.1.** A CONTRATADA obriga-se a:

**11.1.1.** A efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**11.1.2.** O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**11.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.1.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

**11.1.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;



**11.1.6.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**11.1.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**11.1.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**11.1.9.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**11.1.10.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**12.1.** A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a realizar o devido pagamento pela execução do contrato no prazo e valor pactuado.

**12.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Termo de Referência.

**12.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**12.4.** Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

**12.5.** Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

**12.6.** Acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos por meio do fiscal do contrato, designado pela Administração.

## **13. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**13.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**



**14.1.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, com apresentação da nota fiscal correspondente e de acordo com a Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

**14.2.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas ou carta correção. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços entregues.

## **15. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**15.1.** Considerando a necessidade da Administração Pública de adquirir o objeto descrito no Termo de Referência, e tendo em vista a existência de fornecedor exclusivo para o fornecimento do bem/serviço, a contratação será realizada com fundamento na lei nº 14.133/2021.

**15.2.** O objeto em questão é considerado comum, ou seja, possui especificações usuais no mercado e pode ser definido de forma objetiva, o que permite a comparação entre as propostas com base em critérios previamente estabelecidos em edital.

**15.3.** A adoção do Pregão Eletrônico busca assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e isonomia, além de facilitar a participação de um maior número de fornecedores, por meio de processo realizado em ambiente virtual.

**15.4.** O Pregão, na forma eletrônica, conforme exigência do art. 17, § 2º, da mesma Lei, proporciona maior transparência, competitividade e economia nas contratações, além de permitir a participação de um número maior de fornecedores, independentemente de sua localização geográfica.

**15.5.** A aquisição de armamentos e munições caracteriza demanda estratégica, permanente e variável (operações, reposição e treinamento), o que recomenda entregas parceladas ao longo do exercício. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é adequado porque realiza registro formal de preços para contratações futuras, reduz esforços administrativos e possibilita ganhos de escala quando um único certame atende a múltiplos órgãos.

**15.6.** Sob o amparo jurídico, o SRP prevê edital próprio (art. 82), ata com vigência de 12 meses prorrogável por igual período e, sobretudo, não obriga a Administração a contratar, preservando flexibilidade orçamentária e operacional; exige ainda a IRP para estimativa global e eventual participação de outros órgãos, conforme a Lei 14.133/2021 e o Decreto 11.462/2023.



**15.7.** Para o caso concreto, o uso do SRP mitiga risco de desabastecimento e de vencimento de lotes ao permitir contratações conforme a necessidade, com governança baseada em ampla pesquisa de mercado, rotina de controle, atualização periódica e definição de validade da ata. Ressalta-se que o TCU considera inadequado o SRP quando a contratação é imediata, sem parcelamento e com quantitativos certos—o que reforça sua pertinência aqui, dado o caráter parcelado e recorrente do objeto.

**15.8.** A IRP não será divulgada em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das ARP's, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador.

## **16. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**16.1.** A razoabilidade do valor da contratação afere-se por meio de pesquisas realizadas em banco de preços públicos, bem como por levantamento junto a potenciais fornecedores da região, de modo a garantir que os valores estejam compatíveis com os praticados no mercado e que representem a melhor relação custo-benefício para a Administração.

**16.2.** No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**16.3.** O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 814.655,16 (Oitocentos e quatorze mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos)**, obtido a partir da média ponderada das pesquisas de preços realizadas, conforme metodologia prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

## **17. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**17.1.** Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/2021, a adequação orçamentária consiste na verificação da compatibilidade entre a despesa decorrente da contratação e a previsão orçamentária vigente, assegurando que a Administração somente possa assumir compromissos dentro dos limites autorizados na lei orçamentária anual. Esta verificação é condição



essencial para a deflagração do processo licitatório ou contratação direta, constituindo instrumento de controle que visa garantir responsabilidade fiscal e planejamento eficaz do gasto público.

**17.2.** A adequação orçamentária é formalizada pela indicação da dotação orçamentária correspondente, com demonstração de que há saldo suficiente para suportar a despesa estimada. No âmbito da Administração Pública, tal comprovação é exigida previamente à realização de qualquer ato que possa resultar em obrigação financeira futura, salvo em casos de registro de preços, em conformidade com os princípios da legalidade.

**17.3.** Portanto, atesta-se que há previsão de recursos orçamentários suficientes para a realização da presente contratação, com a devida vinculação à dotação orçamentária vigente, conforme segue:

<b>Funcional Programática:</b> 06 181 4059 2.269 – Manutenção da Guarda Municipal – GMP
<b>Elemento de Despesa:</b> 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
<b>Fonte do Recurso:</b> 17080000

## **18. DO REAJUSTE DE PREÇO:**

**18.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços.

**18.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**18.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**18.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última Variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**18.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**18.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**18.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Horário de atendimento ao público:** Das 8h às 14h

**Endereço:** Rua Karajás, Qd: 70, Lt: 1 a 8 - Bairro Residencial Parque dos Carajás II.

**Telefone:** (94) 3346-2182

**E-mail:** semsi@parauapebas.pa.gov.br



**18.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**19. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:**

**19.1.** O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do contrato/ata de registro de preços, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado o interesse público e mantidas as condições de habilitação e proposta. Durante esse período, a contratada deverá assegurar o pleno cumprimento das obrigações assumidas, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

**20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS:**

**20.1.** O foro para dirimir questões relativas ao presente, será o Foro do Município de Parauapebas/PA, com exclusão de qualquer outro.

Parauapebas (PA), 12 de janeiro de 2026.

**Kaique Santos Camelo**  
Coord. Administração, Finanças,  
Planejamento E Capacitação  
Dec. Nº 503/2025

Considerando as informações prestadas nesse presente documento, **APROVO** o presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, determinando outrossim, a plena observância das Leis e normas vigentes correlatas;

**Hipólito Do Nascimento Gomes**  
Secretário Municipal De Segurança  
Institucional E Defesa Do Cidadão  
Dec. Nº 008/2025